

RESPOSTA

Trata-se de pedido de esclarecimento formulado tempestivamente por Abreu da Silva, Licitações Hoje, referente ao Pregão Eletrônico nº 90038/2024, nos seguintes termos:

"Prezado (a) Pregoeiro (a), bom dia!

De acordo com o Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021, na fase de habilitação das licitações será exigida do licitante uma declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência(PCD) e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Essa exigência será rigorosamente cumprida e constatada na fase de habilitação? No caso de um licitante declarar falsamente que cumpre as cotas para deficiente e reabilitado da Previdência Social , o Licitante será declarado inabilitado do processo licitatório? Além disso, haverá punições específicas para aqueles que fizerem declarações falsas sobre o cumprimento dessas cotas, como suspensão do direito de licitar, multa ou advertência?

Atenciosamente,

Zuleide Amaral - Esparta Segurança

Em resposta, informamos o seguinte:

O edital do pregão em comento estabelece o seguinte:

“13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

(....)

13.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

13.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas”.

Isso posto, esclarecemos que o julgamento tanto na fase de propostas quanto na fase de habilitação seguirá estritamente o que prescreve o edital.

Era o que tínhamos a esclarecer.

Goiânia, 12 de agosto de 2024.

Benedito da Costa Veloso Filho
Agente de Contratação/Pregoeiro